

AQUARIUS SERVIÇOS DIGITAIS S.A.

CNPJ 48.048.069/0001-11

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

1 Contexto operacional

A Aquarius Serviços Digitais S.A. é uma entidade domiciliada no Brasil. O endereço da Empresa fica na Av. das Américas, nº 500 – Bloco: 16 – Sala: 313, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP. 22.640-100.

A Companhia tem por objeto social: (a) Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet (b) Produção de filmes para publicidade (c) Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente (d) Outras sociedades de participação, exceto holdings.

2 Base de preparação

(a) Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e também a NBC TG – 1000, aprovada pela resolução CFC 1.255/09 – Contabilidade para Pequenas e Médias empresas.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas, exige que a Administração da Empresa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Empresa nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem rendas a receber, outros créditos e caixa e equivalentes de caixa.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: outras obrigações e dividendos propostos a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

A Empresa considera como caixa e equivalentes os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras expostas a baixo risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de cumprir com obrigações de curto prazo.

(c) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados, líquidos das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Empresa não fez opção em utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função de que o seu imobilizado tal como apresentado conforme as práticas contábeis anteriores já atendia de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos dentro do resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Empresa irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

Os percentuais de depreciação, anuais calculados com base nas vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são os seguintes:

	2025	2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20 %	20 %
Computadores e periféricos	20 %	20 %
Móveis e utensílios	10 %	10 %
Maquinas e equipamentos	10 %	10 %

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(iii) Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Empresa assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

(iv) Ativo Intangível

Os ativos intangíveis compreendem ativos adquiridos pela Empresa e suas controladas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzidos das despesas de amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são os seguintes (% a.a.):

	2025	2024
Softwares	20 %	20 %

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

(d) Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Empresa sobre condições de que a Empresa não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto.

Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é

revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(e) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

(f) Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

(g) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre títulos, rendimentos de fundos de investimentos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

(h) Imposto de renda e contribuição social

Apurados com base no lucro real, de acordo com a legislação tributária vigente (Nota Explicativa nº 7.b).

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos devidos do exercício corrente. O imposto corrente a pagar é o imposto esperado sobre o lucro tributável do exercício, considerando a compensação dos valores retidos de imposto de renda nas aplicações financeiras de titularidade da empresa.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Empresa exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) *Rendas a receber de clientes e outros créditos*

O valor contábil justo de rendas a receber e outros créditos, aproximam-se do valor justo por serem de curtíssimo prazo.

(ii) *Títulos e valores mobiliários*

O valor justo dos títulos e valores mobiliários é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. Não havendo cotação de mercado, o valor justo é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos*

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

5 Caixa e equivalentes de caixa

A Empresa considera como caixa e equivalentes os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras expostas a baixo risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de cumprir com obrigações de curto prazo, assim como já informado no item 3.b dessas notas explicativas (Principais políticas contábeis). Abaixo segue quadro demonstrativo dos saldos de caixa e equivalentes em 31/12/25 e 31/12/24:

Caixa e equivalentes de caixa	Saldos em 31/12/25	Saldos em 31/12/24
Banco conta movimento	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Aplicações Financeiras	R\$ 11.004.975,41	R\$ 101.265,12

6 Investimentos

A empresa possui aquisição de novos investimentos para atividade principal.

O quadro abaixo apresenta o detalhamento dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Investimentos	Saldos em 31/12/25	Saldos em 31/12/24
Licenciamento Direitos Autorais	R\$ 1.295.409,20	R\$ 1.519.954,00
Despesas Pré Operacionais	R\$ 1.713.880,70	R\$ 2.356.585,96

7 Imobilizado e Intangível

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo imobilizado e o intangível apresentam as seguintes composições:

Imobilizado

ATIVO	VALOR DE CUSTO	VALOR DEPRECIADO/AMORTIZADO	VALOR LÍQUIDO EM 31/12/25	VALOR LÍQUIDO EM 31/12/24
Máquinas e Equipamentos	R\$ 1.939,90	R\$ 307,15	R\$ 1.632,75	R\$ 1.826,74
Equipamentos de Informática	R\$ 2.990,03	R\$ 1.046,51	R\$ 1.943,52	R\$ 2.541,53

8 Impostos e contribuições correntes

a. Imposto Sobre Serviços (ISS)

A Empresa tem sede na Cidade do Rio de Janeiro e recolhe o Imposto Sobre Serviços (ISS) à alíquota de 2% sobre as receitas mensais auferidas na venda de assinaturas plataforma de streaming.

b. Imposto de renda e contribuição social

A Empresa apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real. A contribuição social é calculada na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda é apurado na alíquota de 15% sobre o lucro, a parcela do lucro real que exceder ao resultado da multiplicação de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo número dos meses do respectivo período de apuração sujeita se à incidência do adicional de 10% (dez por cento).

c. PIS e COFINS

A Empresa recolhe, ainda, a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) à alíquota de 1,65% e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) à alíquota de 7,60%, sobre o total de receitas de prestação de serviços mensais, exceto aquelas auferidas no exterior.

9 Passivos de arrendamentos financeiros (Leasing)

Não existem contratos de arrendamentos vigentes durante os exercícios 2025 e 2024.

10 Outros passivos de empréstimos e financiamentos

O saldo de R\$ 1.980.132,13 em 31 de dezembro de 2025 corresponde ao contrato de mútuo firmado com a empresa Freespirit Distribuidora de Filmes Ltda sendo o referido valor devidamente corrigido pelo IGPM/FGV, acrescido dos custos de IOF incorridos no período. Segue abaixo quadro demonstrativo dos saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Em 02 de dezembro de 2025, a companhia contratou uma operação de crédito junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) no montante de R\$ 10.000.000,00, destinada a expansão da plataforma nacional de streaming “AQUARIUS”. O financiamento contratado está sujeito à atualização monetária pela Taxa Referencial (TR) e juros de 2,00% ao ano.

CREDOR	Saldos em 31/12/25	Saldos em 31/12/24
FREESPIRIT DIST DE FILMES LTDA	R\$ 1.980.132,13	R\$ 1.480.445,45
BANCO REGIONAL DE DESNVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE)	R\$ 10.032.366,20	R\$ 0,00

11 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Aquarius Serviços Digitais S.A. em 31 de dezembro de 2025 é de 3.999.817 (três milhões, novecentos e noventa e nove mil e oitocentos e dezessete) ações ordinárias totalizando R\$ 4.006.910.00 (quatro milhões, seis mil e novecentos e dez reais).

Em 30/04/2025 foi aprovado um aumento do capital social da companhia mediante a emissão de 152.300 (cento e cinquenta e duas mil e trezentas) novas ações ordinárias, correspondentes a R\$ 152.300,00 (cento e cinquenta e dois mil e trezentos reais), com ágio de R\$ 847.700,00 (oitocentos e quarenta e sete mil e setecentos reais).

b. Dividendos

Não houve distribuição de dividendos durante os exercícios 2025 e 2024.

12 Julgamento da administração quanto a continuidade dos negócios

Os administradores da empresa declaram não haver nenhum fato conhecido que influencie ou venha a influenciar na continuidade dos negócios da empresa, de forma que a intenção da empresa é dar continuidade em suas atividades operacionais se utilizando das principais políticas atualmente adotadas conforme nota nº 3.

13 Contingências

Não há passivos contingentes e obrigações jurídicas - impostos e previdência social - que não foram registrados e nem processos que possam representar possíveis ou prováveis perdas.

14 Eventos subsequentes

Não há conhecimento de evento subsequente que possa vir a influenciar de forma significativa as contas patrimoniais da empresa.